

Estado de Alagoas Assembleia Legislativa Estadual Gabinete do Deputado Doutor Wanderley

PROJETO DE LEI n. DE 24 DE OUTUBRO DE 2023

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLÍCA A ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE CAMPO GRANDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/AL.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA

Art. 1°. É declarada de utilidade pública a **ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE CAMPO GRANDE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n. 24.177.503/0001-03, situada na Rua 31 de maio, sn, Centro, CEP 57.350-000, Campo Grande/AL, fundada em 14 de setembro de 1990 no Serviço Notarial e Registral da Comarca de Girau do Ponciano/AL.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas,

Maceió/AL, 24 de outubro de 2023.

DOUTOR WANDERLEY

DEPUTADO ESTADUAL



Estado de Alagoas Assembleia Legislativa Estadual **Gabinete do Deputado Doutor Wanderley**

JUSTIFICATIVA

A declaração de utilidade pública garante às entidades o reconhecimento como instituição sem fins lucrativos e prestadoras de serviço à sociedade.

No que pertine à **Associação da Comunidade de Campo Grande**, temse que essa entidade vem desenvolvendo um importante trabalho social em prol das crianças, jovens e idosos da comunidade local.

De fato, a atuação da associação tem sido preponderante para a obtenção de benefícios concedidos pelo Poder Público e, também, pela iniciativa privada.

Convém salientar, também, que a entidade apresentou os documentos anexos que comprovam o preenchimento dos requisitos impostos pela Lei Estadual n. 5.355/1992, encontrando-se apta à declaração de utilidade pública.

Sendo assim, submeto o presente projeto de lei para análise pelos nobres Deputados dessa Casa Legislativa a fim de conceder a declaração de utilidade pública para a associação como forma de reconhecimento do trabalho desenvolvido e estímulo ao seu fortalecimento.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas,

Maceió/AL, 24 de outubro de 2023.

DOUTOR WANDERLE

DEPUTADO ESTADUAL

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE CAMPO GRANDE – AL. CNPJMF: 24.177.503/0001-03

DECLARAÇÃO

ALINE RAFAELA SANTOS MOURA, brasileira, casada, portadora da CI/RG N°: 2.103.726/SSP-AL, inscrita no CPF N° 045.627.254.27, residente e domiciliada na Rua 31 de Maio, n° 73, Centro, Campo Grande – AL. DECLARO, para os devidos fins que: os diretores da Associação da Comunidade de Campo Grande, não recebem remuneração; que a associação está em efetivo e continuo funcionamento nos últimos 12 meses; que a associação se compromete a publicar, semestralmente, o demonstrativo com a aplicação dos recursos recebidos, a título de doação pelo Poder Público.

Por ser verdade, assino a presente Declaração.

Campo Grande – AL, 09 de outubro de 2023.

Aline Rafaela Santos Moura

Presidente





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| número de inscrição 24.177.503/0001-03 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | 14/09/1990 | |
|--|--|------------------------|--|--|
| NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DA COMUNIDAL | DE DE CAMPO GRANDE | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | | | PORTE DEMAIS | |
| código e descrição da atividade ec 94.30-8-00 - Atividades de as | CONÔMICA PRINCIPAL Sociações de defesa de direitos sociais | | | |
| código e descrição das atividades 94.93-6-00 - Atividades de orç 94.99-5-00 - Atividades assoc | ECONÒMICAS SECUNDÁRIAS janizações associativas ligadas à cultura e lativas não especificadas anteriormente | e à arte | | |
| código e descrição da Natureza Ju 399-9 - Associação Privada | URÍDICA | | | |
| LOGRADOURO R 31 DE MAIO | | NÚMERO COMPLEMENTO | | |
| | AIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO CAMPO GRANDE | UF AL | |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO | | TELEFONE | | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR |) | | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/06/2023 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | | |
| | | | | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/10/2023 às 12:06:08 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Skaraga

Campo Grande – AL, 20 de maio de 2002.

Prezado Senhor,

Vimos através do presente solicitar de V.S.ª o registro neste Cartório das folhas 18 e 19 (frente e verso) do livro de Ata da Associação da Comunidade de Campo Grande, como também do Novo Estatuto desta Associação, aprovado em assembléia Geral.

Certos de contarmos com o prestimoso apoio de V.S.ª, desde já antecipamos nossos votos de estima e consideração, na certeza de que os anseios da coletividade serão atendidos por V.S.ª.

Nestes Termos, Pede Deferimento. Registre-se em 28/05/02 Alsonga

Dielson Rodrigues Santana

- Presidente -

Sandra Regina Alves Barbosa

- Secretária -

Ao Sr. Alfredo de Oliveira Silva DD: Tabelião, Escrivão e Oficial do Cartório do Único Oficio de Girau do Ponciano - AL Serviço Nosarial e Registral
Rus Blanned John Nath, 837
Girra do Poscosno Al.
Alfrado de Oliveira Silva
Nasurio e Regerodor
Andrés Laciena Silva Bouga

RECONHECIMENTO

Recombego, por Sensilhança a (s. firms est Suprio - Olive fe Indicada (s) com a sees do meu uso G. do Posiciana 28 7 05 7 02 For communication "Alspecaça" da verdada

Surdicy Locurrey Selen Bin

NOTĀRIOĀ

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE CAMPO GRANDE

Campo Grande- AL, maio de 2002.



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE CAMPO GRANDE – AL.

<u>C A P I T Í T U L O</u> <u>I</u> Da denominação, sede, duração e objetivos:

- ART. 1º É instituída a Associação da Comunidade de Campo grande AL, uma Sociedade Civil, apartidária originária do movimento espontâneo entre os habitantes da comunidade de Campo Grande, no município de Campo Grande, Estado de Alagoas.
- ART. 2º A Associação reger-se-á pelo presente Estatuto e Leis que lhe forem aplicáveis.
- ART. 3º A Associação é uma entidade civil, com sede na cidade de Campo Grande e fórum na cidade de Girau do Ponciano, Estado de Alagoas e tem por objetivos:
 - I Promover o desenvolvimento comunitário, através da consecução de bens e serviços, oriundos de convênios e contratos com Bancos Oficiais e / ou Instituições diversas;
 - II Contratar projetos de desenvolvimento da comunidade junto as instituições, financeiras em favor dos seus associados;
 - III Melhorar o nível de vida das famílias da comunidade através da implantação de projetos artesanais, comerciais e/ou industriais;
 - IV Ativar o desenvolvimento sócio-econômico-educativo-cultural, apoiar e defender todo movimento reinvindicatório junto a entidades que venham beneficiar a comunidade;
 - V Promover aos comunes o desenvolvimento de uma consciência política e crítica de sua realidade;
 - VI Fazer intercâmbio com outras Associações de Moradores, Mini e Pequenos Produtores Rurais, junto a entidades que apoiam o movimento popular;
 - VII Promover atividades Assistenciais, direto ou indiretamente através de instituições filantrópicas;
- ART. 4º A Associação será dirigida pelos seguintes órgãos:
 - I Assembléia Geral
 - II Diretoria Executiva;
 - III Conselho Fiscal.
 - & Primeiro O exercício de quaisquer das funções requeridas para o funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado.
 - & Segundo É vedado o exercício cumulativo dos cargos, ressalvada a participação na Assembléia Geral.

CAPÍTULO II Da Assembléia Geral:

ART. 5º - A Assembléia Geral é o órgão supremo da Associação Constituído por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos .



- & Primeiro A Assembléia Geral reúne-se ordinária e extraordinária e, por convocação da Diretoria Executiva ou mediante requerimento de 1/3 dos associados.
- & Segundo A convocação da Assembléia Geral é feita através do edital de convocação fixado na sede da Associação e publicado nos veículos de comunicação, com antecedência de oito dias.
- & Terceiro As matérias a serem tratadas nas Assembléias, deverão ser mencionadas nos editais de convocação.
- & Quarto A Assembléia Geral Ordinária reúne-se e delibera:
- I Em primeira convocação, com a presença da maioria simples dos associados;
- II Em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de 1/3 desses mesmos associados.
- & Quinto A Assembléia Geral extraordinária reúne-se e deliberará:
- I Em primeira convocação, com a presença mínima da maioria absoluta dos Associados;
- II Em seguida e última convocação, meia hora após, com a presença de 1/3 dos associados e não conseguindo 1/3 com qualquer número de associados.
- & Sexto Presidem A Assembléia Geral qualquer associado escolhido por aclamação dos presentes.
- &Sétimo A Assembléia Geral reúne-se ordinariamente a cada seis meses, para aprovar as contas da Diretoria Executiva e discutir assuntos de interesses comuns e extraordinariamente, sempre que as necessidades da comunidade o exigirem.
- & Oitavo Compete privativamente à Assembléia Geral Ordinária:
- I Reformar o Estatuto;
- II Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- III Autorizar a realização de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e constituições de garantias acaso exigidas;
- IV Autorizar a alienação de bens obsoletos ou sem utilidades;
- V Decidir sobre programas de trabalho e respectivos orçamentos;
- VI Fixar o valor de contribuição dos associados.
- & Nono Compete privativamente à Assembléia Geral Extraordinária:
- 1 Reformar o Estatuto:
- II Eleger ou destituir, a qualquer tempo, membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- III Autorizar a realização de empréstimos de garantias, outras obrigações pecuniárias e constituições acaso exigidas;
- IV Autorizar a alienação de bens absoletos ou sem utilidades;
- V Decidir sobre programas de trabalho e respectivos orçamentos;
- VI Dissolver a Associação, sendo neste caso, exigido a presença da maioria absoluta dos associados;



VII - Fixar o valor da contribuição dos associados.

CAPÍTULO III Da Diretoria Executiva:

- ART. 6°- A Diretoria é composta de Presidente, vice-presidente, 1° Secretário, 2° Secretário, 1° Tesoureiro, 2° Tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral, dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de 36 meses, podendo ser reeleitos, para mais O 1 (um) mandato consecutivo, convocada para este fim.
- ART. 7º A Diretoria da Associação só pode ser formada por sócios da entidade que estiverem em dia com suas obrigações.
- ART. 8º A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês por convocação do presidente e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, também por convocação daquele.
- ART. 9º As reuniões da Diretoria Executiva serão presididas pelo presidente.
 - & Único As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria simples.
- ART. 10° Compete a Diretoria Executiva:
 - I Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e outros regulamentos aprovados;
 - II Acolher quaisquer reclamações dos Associados;
 - III Executar os projetos e planos de desenvolvimento da Associação;
 - IV Encaminhar até a data da realização da Assembléia relatórios das atividades desenvolvidas na Associação, para o conhecimento dos Associados.
 - V Aprovar o quadro de pessoal Administrativo da Associação.
 - VI Exonerar, a pedido ou por motivos relevantes, sócios do quadro social, oferecendo a oportunidade de defesa;
 - VII Convocar a Assembléia Geral;
 - VIII- Interpelar o presente Estatuto e decidir sobre os casos omissos;
 - IX É de responsabilidade da Diretoria Executiva, manter a tesouraria em funcionamento nos dias de eleição, para que os sócios atualizem suas mensalidades em atraso, a fim de que os mesmos se tornem aptos para votar.
- ART. 11º Compete ao presidente:
 - I Presidir as reuniões;
 - II Representar a Associação ativa e passivamente em juízo ou fora dela;
 - III Proteger o patrimônio da Associação;
 - IV Alienar, mediante prévia anuência da Assembléia Geral os bens absoletos ou sem utilidades para a comunidade.
 - V Realizar, mediante aprovação da Assembléia Geral, a contratação de empréstimos com agentes financeiros em favor da entidade;



- VI Elaborar projetos para recebimentos de fundos;
- VII Receber doações;
- VIII- Examinar e assinar, com o tesoureiro, balancetes mensais e ba- lanços;
- IX Aprovar propostas de inscrição de sócios. As propostas não aprovadas devem ser submetidas a análise com as justificativas cabíveis pela Assembléia Geral Extraordinária;
- X Movimentar contas bancárias, assinar contratos de financiamento e emitir cheques, juntamente com o tesoureiro;
- XI Assinar com o secretário contratos de locação e as correspondências da Associação.

ART. 12° - Compete ao vice-presidente:

- I Substituir o presidente nas suas ausências ou impedimento;
- II Exercer atribuições delegadas pelo presidente.

ART. 13º - Compete ao 1 º secretário:

- I Organizar as sessões Ordinárias e Assembléias Extraordinárias;
- II Assinar com o presidente contratos de locação e as correspondências da Associação;
- III Registrar os nomes dos candidatos à sócios e os apresentar a Diretoria Executiva para aprovação;
- IV Manter atualizada a relação dos sócios efetivos;
- V Redigir Atas por ocasião de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e Assembléia e apresentar nas sessões posteriores;
- VI Expedir comunicações aos sócios, informando sobre assuntos de interesse dos mesmos;
- VII Manter organizados os livros de registro.

ART. 14º - Compete ao 2º secretário:

- I Substituir o 1° secretário nas suas ausências ou impedimentos , sem restrições de poder;
- II Organizar o arquivo e zelar pela sua boa ordem e conservação.

ART. 15° - Compete ao 1° tesoureiro:

- I Responder pela guarda dos valores e títulos da Associação, mantendo-os atualizados;
- II Movimentar contas bancárias, assinar contratos de financiamento e emitir cheque, juntamente com o presidente;
- III Assinar com o presidente balancetes mensais, balanços e contratos de empréstimos;
- IV Receber os pagamentos mensais dos sócios,
- V Apresentar o orçamento mensal, para a Diretoria Executiva em sessões Ordinárias e Extraordinárias.

ART. 16° - Compete ao 2° tesoureiro:

I - Substituir o 1º Tesoureiro nas suas ausências ou impedimentos , sem restrições de poder.

of sprage

CAPÍTULO IV Do Conselho Fiscal:

- ART. 17º O Conselho Fiscal é composto de 03 (três) membros eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, com mandato de 36 meses.
 - & Primeiro Serão eleitos também 03 (três) suplentes para o Conselho Fiscal.
 - & Segundo O Conselho Fiscal elegerá, dentre os seus membros o seu Presidente.
- ART. 18º O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma. vez por mês para examinar as contas da Diretoria Executiva e emitir parecer que será assinado por todos os seus membros.
- ART. 19° Compete ao Conselho Fiscal:
 - I Fiscalizar todo movimento financeiro da Associação, os de receitas e os de despesas;
 - II Verificar os livros contábeis, fiscais e sociais exigidos pela legislação específica, se estão sendo utilizados com zelo bem cuidado e guardados;
 - III- Fazer relatórios circunstanciados de quaisquer perícias levadas a efeito, encaminhando-os ao Presidente da Diretoria Executiva;

CAPÍTULO V Dos Sócios:

- ART. 20 Serão sócios da Associação todos aqueles que atenderem aos seguintes requisitos:
 - I .Ser morador da comunidade, trabalhadores assalariados ou não, pequenos comerciantes, arrendatários, donas de casa que exerçam atividades artesanais e seus filhos com limite mínimo de idade de 16 anos e demais jovens interessados;
 - II Tenham seu pedido de inscrição aprovado;
 - III Pagarem a contribuição prevista no ART. 22°, alínea IV a partir do mês de inscrição.

CAPÍTULO VI Dos Direitos e Deveres dos Sócios:

- ART. 21º Os sócios quites com a tesouraria da Associação e em pleno gozo das regalias que lhe asseguram este Estatuto, tem os seguintes direitos:
 - I Votar e ser votado nas eleições para membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
 - II Usufruir de todos os serviços oferecidos pela Associação;
 - III Recorrer de qualquer decisão da Diretoria Executiva;
 - IV Participar de qualquer promoção levada a efeito pela Associação;
 - V Oferecer sugestões;
 - VI Requerer a convocação da Assembléia Geral, em caráter extraordinário.
- ART. 22°- Os sócios tem as seguintes obrigações:



- I Cumprir o Estatuto, os regulamentos, e as disposições da Associação;
- II Exercer os cargos para os quais foram eleitos, salvo nos casos de impedimentos justificados;
- III Colaborar com as iniciativas da Associação;
- IV Pagar a contribuição mensal fixada pela Assembléia Geral até o último dia útil do mês de competência.
- ART. 23º Os sócios que de alguma forma infringir as disposições deste Estatuto ou normas e regimentos da Associação, fica sujeito as seguintes sanções, à critério da Diretoria Executiva:
 - I ADVERTÊNCIA, sempre por escrito e em caráter reservado;
 - II SUSPENSÃO, de um a doze meses se reincidente na prática que lhe fora advertido;
 - III Os sócios que estiverem em atraso com suas contribuições pecuniárias, não gozarão dos beneficios que a entidade oferecer.
 - IV Os sócios que atrasarem por mais de 03 meses suas contribuições, serão excluídos do quadro de Associado.
 - V EXPULSÃO, os reincidentes de infração punida com suspensão.
 - & Primeiro As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva, delas cabendo recursos à Assembléia Geral.
 - & Segundo A apresentação de recursos não terá efeitos suspensivos.
 - & Terceiro A pena de suspensão não isenta o sócio de suas obrigações.

C A PÍTULO VII Das Eleições:

- ART. 24º- A eleição para membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta, ou havendo concordância pela maioria dos presentes na Assembléia Geral, a eleição dar-se-á por aclamação.
- ART. 25°- Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos dos sócios presentes às eleições.
 - & Único Em caso de empate entre os candidatos, serão convocados para nova eleição.

CAPÍTULO VIII Do Patrimônio da Associação:

- Em caso de extinção da Associação, seu patrimônio será doado a entidades assistenciais devidamente registradas no Conselho Nacional de Serviço Social nomeados na Assembléia Geral de dissolução.
- & Segundo Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Associação.
- & Terceiro A extinção da Associação se dará por decisão de Assembléia Extraordinária especialmente convocada para este fim.



CAPÍTULO IX Disposições Gerais e Transitórias:

- ART. 26º O mandato dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal expirará a cada três anos.
- ART. 27º Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Executiva, em consonância com a legislação em vigor.
- ART. 28º O presente Estatuto só poderá ser modificado em Assembléia Geral, em documentos assinados pela totalidade de seus membros, submetidos à aprovação de 2/3 dos associados.

Campo Grande - AL, 19 de maio de 2002.

Mariach

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE CAMPO GRANDE - AL.

<u>Diretoria Executiva</u>, Eleita em Assembléia Geral convocada para este fim em 19 de maio de 2002 com o mandato de 3 (três) anos.

DIELSON RODRIGUES SANTANA - Presidente
EDNA TOMAZ NETO - vice-presidente
SANDRA REGINA ALVES BARBOSA - primeira secretária
LUIS BARROS SILVA - segundo secretário
QUITÉRIA TAVARES DA ROCHA - primeira tesoureira
MARINEIDE SILVA DOS SANTOS ACÁCIO - Segunda tesoureira.

Conselho Fiscal

PAULO JOSÉ MOURA – presidente ELZA DE ALMEIDA SILVA – conselheira ISMAEL PINHEIRO – conselheiro

SUPLENTES:

LUZIA BARBOSA PONCIANO MARIA JOSÉ DOS SANTOS NADJA DOS SANTOS VASCONCELOS CAVALCANTE.

REPÚBLICA FEDRATIVA DO BRASIL ESTADO DE ALAGOAS SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DA COMARCA DE GIRAU DO PONCIANO

PROTOCOLO

Prenotado no Protocolo A nº 2, fl. 27, sob nº 1471. Título apresentado hoje, 28.05.2002

Registradora Substituta

CERTIDÃO

Certifico, que nesta data fiz no livro A-I de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob Nº 172, fls. 96/96v°, o registro do Estatuto da Associação Comunitária de Campo Grande-AL.

> O referido é verdade e dou fé. Girau do Ponciano, 28.05.2002.

Andréa Luciana Silva Braga Notária Substituta

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Plum Michigal João Nota, 337

Girau do Penciano - AL

Alfredo de Oliosiso Silva

notario e registración

Andréa Luniano Cilos Braga

substituta



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DE ALAGOAS

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DA COMARCA DE GIRAU DO PONCIANO Rua Manoel João Neto, 337 - C entro - CEP: 57360-000. Telefone: 82- 99613-0041

PROTOCOLO

Prenotado no Protocolo A nº 2, fl. 186, sob nº 3.888.

Título apresentado hoje, 23/11/2022

Registrador(a)

Averbado a margem do R.40, fls 19 a 20 do Livro A-1, de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, desta serventia.

AVERBAÇÃO

O referido é verdade e dou fé. Girau do Ponciano, 23.11.2022

Registrador(a)

Anexo: 01

Poder Judiciário de Alagoas Selo Digital Marrom

ADH14775-U9QP

23/11/2022 12:32

Doc. Solicitante: "".627.254-" Confirme autenticidade em: https://selo.tjal.jus.br Alfredo de Oliveira Silve Con Netário e Registrador Substituta Marcelo Gonçalves Braga G. Essevente Autorizado



ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE CAMPO GRANDE - AL. <u>CNPJMF: 24.177.503/0001-03</u>

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE CAMPO GRANDE – AL.

Aos 13 (TREZE) dias do mês de novembro, do ano de 2022 (DOIS MIL E VINTE E DOIS), nesta cidade de Campo Grande - AL, na Câmara Municipal de Campo Grande, em razão do EDITAL DE CONVOCAÇÃO, datado de 04/11/2022 (QUATRO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS) reuniram-se os associados, os quais assinaram a RELAÇÃO DE PRESENÇA QUE SEGUE EM ANEXO, nos termos do Estatuto em vigor, para DELIBERAR acerca da **ELEIÇÃO E POSSE**, conforme CONVOCAÇÃO. Para secretariar os trabalhos, foi indicado, por aclamação, o Sr. Ednaldo Manoel Tomaz de Almeida.

DA ELEIÇÃO

Em ato contínuo, deu-se início ao processo eletivo, visando compor os cargos da **DIRETORIA EXECUTIVA**, bem como **DO CONSELHO FISCAL**, conforme previsão no Estatuto, apresentando à assembleia os candidatos anteriormente inscritos, submetendo-os à votação, obedeceu rigorosamente ao quórum de votação exigido pelo Estatuto. Após a contagem dos votos, presenciado por todos, ficou a Diretoria Executiva composta da seguinte forma:

DA DIRETORIA EXECUTIVA:

PRESIDENTE: ALINE RAFAELA SANTOS MOURA

VICE-PRESIDENTE: PAULO JOSÉ MOURA

1° SECRETÁRIO: EDNALDO MANOEL TOMAZ DE ALMEIDA

2º ECRETÁRIO: KLEBER DONATO CAVALCANTE

1ª TESOUREIRA: EDNA TOMAZ NETO

2ª TESOUREIRA: MONALISA CAROLINE TOMAZ DE ALMEIDA

DO CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: JOSÉ RONALDO DE ARAÚJO

CONSELHEIRA: ELZA TOMAZ DE ALMEIDA SILVA

CONSELHEIRO: JOSÉ GILVAN DOS SANTOS

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL:

JULIS DAISY TOMAZ OURIQUES ADAILTON JOSÉ DOS SANTOS DANIELE TOMAZ SANTANA.



programa programa (1)

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE CAMPO GRANDE - AL. CNPJMF: 24.177.503/0001-03

Todos eleitos democraticamente por unanimidade dos presentes, na Assembleia Geral, convocada para esse fim.

E, por fim, a senhora Presidente dá <u>POSSE AOS ELEITOS</u>, para o MANDATO de 03 (três) anos, iniciando em 13/11/2022 (treze de novembro de dois mil e vinte e dois) á 13/11/2025 (treze de novembro de dois mil e vinte e cinco), como estabelece o Estatuto em vigor. Em seguida, passando a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Assembleia Geral, determinando a mim, que servi como secretário, que lavrasse a presente ata, e a levasse a Registro junto aos órgãos Públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente Ata, segue assinada por mim e pela Presidente, como sinal de sua aprovação.

EDNALDO MANOEL TOMAZ DE ALMEIDA

1º SECRETÁRIO

ALINE RAPAELA SANTOS MOURA

PRESIDENTE



Poder Judicitério de Alego a Selo Digital Azul ADH 14578-Y4LQ 23/11/2022 17:50 Upo. Solicitante: "12/8594"



Inder Judiciário de Alleguer Selo Digital Azus ADH 14577-R733 23/11/922 17:50 DOL Selicitante "1627254" Internación (jelijus by

| _ | |
|---------|--|
| 8 9 | Partion Personal Parties |
| 4 9 2 | Recenhago edr. autenticidade, a(s) [ffms(s) |
| | de Fanaudo Nansel tomas |
| 8 E U 5 | The state of the s |
| 2 3 7 | Could be to the total of the to |
| 2 5 26 | TOUGH COUNTY MOUNTS |
| | indisade(s) cem a seta de que faço use dou fé |
| 30 83 | Gireu do Penoleno 123 / 11 /28 22 |
| 5 9 3 4 | But to state when the Property do you wanted |
| 4 8 0 | Andrea augustus augus proce |
| 7 4 2 3 | PARCOC DIVINGTON PROPERTY |
| 00 41 | Alfredo de Otiveira Sirva - Notário |
| 5 B B S | Bei. Andrée Luciena Sitva Braga - Subetraus |
| 2 0 2 0 | Miles Wilden Children 24An Distille . 20004424 |
| 23 3 3 | Bei Marcelo Gonçalves Brage - Eserevente |
| 2 3 | Vibido semente com selo de autenticidado |
| 0 5 3 1 | |
| 29 E 9 | Empluments AS 6.30 FEAC AS 9.48 |
| 300 | and the second s |